

MING SHI LU OU HISTÓRIA OFICIAL DA DINASTIA MING: POSSIBILIDADES DE ESTUDO SOBRE O MUNDO PORTUGUÊS MODERNO NA ÁSIA

MING SHI LU OR OFFICIAL HISTORY OF THE MING DYNASTY: POSSIBILITIES FOR STUDY ABOUT THE MODERN PORTUGUESE WORLD IN ASIA

Maria Clara Porto Lima¹
PPGH/UFBA

Resumo: A expansão marítima empreendida pelos portugueses durante os séculos XV e XVI estabeleceu novas relações que ultrapassavam as questões econômicas. Ao chegarem na Ásia a intenção era a mesma, criar postos que garantissem o controle sobre as rotas de especiarias e que auxiliassem as embarcações que seguiam por este caminho. Porém, os métodos de ocupação que haviam gerado bons frutos em regiões como a América e a África, se mostraram ineficazes no Sudeste Asiático. Novas perspectivas foram criadas para que pudessem empreender o comércio na região. Nesse sentido, a intenção deste artigo é, analisar a expansão portuguesa sob o olhar da documentação produzida na China, a fim de entender as peculiaridades e, assim, mostrar outras possibilidades de estudos sobre o mundo português moderno na Ásia.

Palavras-chave: Expansão Marítima – Império Português – Dinastia Ming.

Abstract: The maritime expansion undertaken by the Portuguese during the fifteenth and sixteenth centuries established new relationships that went beyond economic issues. When arriving in Asia the intention was the same, to create stations that would guarantee the control on the routes of spices and that, to assist the boats that followed in this way. However, the methods of occupation that have generated good fruit in regions such as America and Africa have proven ineffective in Southeast Asia. They created new perspectives so could conduct trade in the region. In this sense, the intention of this article is to analyze the Portuguese expansion from the perspective of the documentation produced in China, in order to understand the peculiarities and to show other possibilities of studies about the modern Portuguese world in Asia.

Keywords: Maritime Expansion – Portuguese Empire – Ming Dynasty.

¹ Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia sob a orientação da Professora Dra. Ana Paula Medicci. (Email: claraporto.lima@gmail.com).

Desde meados do século XX, falar em História Colonial já estava caindo em desuso, até porque novas abordagens e mudanças de paradigmas estavam surgindo. A história de Além-mar, segundo Hank Wesseling², desenvolveu-se como um campo de estudo muito mais amplo do que a história colonial. Ela abarcava não somente os sistemas coloniais e os encontros entre europeus e não europeus, mas também envolvia a história econômica, social, política e cultural dos povos nativos. Ainda segundo Wesseling, a história do além-mar trouxe para os historiadores a necessidade de se familiarizar com outras civilizações além de sua própria e de trabalhar com outras fontes de origens não europeias para conseguir construir um conhecimento preciso sobre o objeto de estudo.

Entretanto, ainda nos víamos dentro da perspectiva europeia de história. Em 2013 o historiador indiano Sanjay Subramanyam na sua aula inaugural³ no Collège de France, fez um resumo da genealogia do que ele chamou de História Global, trazendo exemplos de autores que desde a Antiguidade se debruçavam sobre sociedades que não as suas de origem, mostrando que a prática, mesmo que difícil, não era impossível. Ao longo de todo o texto vemos historiadores de todas as épocas fazendo o trabalho do que Subrahmanyam chama de “xenologia”, que seria uma escrita menos egoísta, na qual se fazia necessário o reconhecimento da existência do outro. Assim, como apontou Wesseling, estes homens das eras passadas procuraram sair da sua zona de conforto para estudar outros espaços e assim escrever, mesmo que a partir de referências de seu próprio povo, sobre outras civilizações.

Durante sua fala, Subrahmanyam cita a dívida que os historiadores têm com Fernand Braudel, o qual seu estudo sobre o Mediterrâneo serviu como ponto de referência para a produção científica posterior. Segundo ele, o francês ensinou aos pesquisadores como abordar a história dos Impérios e suas rivalidades na Idade Moderna, mas, em contrapartida, confundiu muitos historiadores que entenderam a “história global” como um sinônimo da “história total”, ou seja, tinha a intenção de cobrir todos os aspectos do objeto estudado, como o político, o social, o econômico e o cultural. O que o historiador indiano propõe com a “história global”, não é a

² WESSELING, Hank. História de além-mar. In.: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP. 1992. p.97-131.

³ SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 30, nº 60, p.219-240. Jan-Ab 2017.

construção de uma “história total”, assim como era pregada no início do século XX, mas sim um processo de histórias conectadas, no qual nenhuma história seria ignorada.

Por isso ele cita a questão da prática da xenologia. O que para as ciências naturais seria o estudo das relações entre os parasitos e seus hospedeiros, para a história – e conseqüentemente para as ciências humanas em geral – seria o estudo de todos os grupos envolvidos nos acontecimentos históricos, que no caso do além-mar, por exemplo, seria tanto estudar o ponto de vista do europeu, quanto o do não europeu. Ele cita o exemplo do historiador e antropólogo francês Nathan Wachtel, especialista na história da América Latina, que ao escrever sobre o processo de conquista americana propõe fazer um estudo sob a “visão dos vencidos”, trazendo para a superfície a perspectiva do indígena sobre o processo. De certo que nem todas as civilizações estudadas podem ser colocadas como “vencidas”, mas quer dizer que a indiferença com relação a certas histórias precisava ser rapidamente substituída e que novas narrativas precisavam emergir.

Um grande exemplo da indiferença sobre “outras histórias” está na produção historiográfica sobre o Império Português na Ásia, que, durante muito tempo, ignorou o seu lado oriental. Subrahmanyam coloca que, diferente de outros povos, os ibéricos como um todo eram limitados por suas fraquezas em matéria de xenologia por sempre colocarem o “*contexto das suas explorações em uma narrativa que girasse em torno de sua pátria*”⁴. O lado lusitano foi tomado como o único ponto importante a ser discutido e ignorou-se, muitas vezes, a agência dos povos nativos, assim como seu acervo documental e sua historiografia.

Nessa questão concordo com Sumbramanyan⁵ quando na introdução do seu livro sobre o império lusitano, ele diz que “*para entender as ações portuguesas na Ásia [...] é preciso ir mais longe do que descrever o palco asiático no qual foram atores*”, é levar em consideração que a Ásia que os portugueses encontraram não era estática e nela já existia uma comunidade milenar com seus próprios costumes e meios de empreender a política e o comércio. Pensando dessa forma, me dedico a estudar documentos que ainda não foram analisados sob a perspectiva das relações

⁴ SUMBRAMANYAN, Sanjay. 2013. p.230.

⁵ SUMBRAMANYAN, Sanjay. **O império asiático português: 1500-1700.** Uma história política e econômica. São Paulo: DIFEL, 1995.

entre europeus e asiáticos, como as de origem chinesa e japonesa. A documentação é traduzida justamente para traçar um contraponto e observar as diferentes configurações socioculturais, privilegiando fenômenos aparentemente marginais ou negligenciáveis, como por exemplo o lado que narra a visão da China ou do Japão no processo de formação do Império Português na Ásia.

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar outras possibilidades de estudo sobre o mundo português trazendo uma parte da documentação com a qual já venho trabalhando há dois anos, a fim de mostrar o comportamento lusitano sob os olhares da corte Ming delimitando suas ações à costa chinesa. A principal fonte utilizada neste estudo, é a coletânea dos anais de governo dos imperadores Ming (1368-1644), chamado de *Ming Shi Lu*⁶ ou *História da Dinastia Ming*.

Essa documentação apresenta uma visão ampla sobre a história política da China e do Sudeste Asiático durante os séculos XIV e XVII. O conjunto é dividido em 8 volumes, com um total de 40 mil manuscritos que abrangem assuntos ligados ao dia-a-dia do governo chinês, tais como: Diários de atividade e reposição, que trata das ações cotidianas do Imperador na corte; Registros Diários, que catalogavam todos os acontecimentos dentro e fora da corte; e, por último, "Outras fontes", este, por sua vez, tratava de tudo que não fosse registrado pelos dois primeiros, como memórias, assuntos de outras províncias ou outros países. Os três tópicos estão presentes em todos os volumes, mas, dependendo do período, é possível perceber o grau de importância dado a cada um. Estes documentos já foram traduzidos do chinês para o inglês pelo doutor em Filosofia pela *Universidade de Hong Kong*, *Geoffrey Wade*. A tradução faz parte da sua tese de doutorado na qual ele faz uso dos anais para entender as relações políticas e sociais no Sudeste Asiático usando a China dos Ming como ponto de partida.

Antes de entrarmos diretamente na discussão da fonte, é interessante frisar que, entre os séculos XV e XVII nascia uma política de intercâmbio com elementos importantes que transformariam as estruturas de vida do mundo moderno e marcaria

⁶ O Ming Shi-lu, ou História da Dinastia Ming, é um termo genérico usado para se referir à coleção shi-lu ou "registros verdadeiros", dos imperadores da dinastia Ming na China (1368-1644). Pode-se dizer que o Ming Shi-lu é os Anais da Dinastia Ming. Como uma fonte histórica externa, cronologicamente precisa e relativamente constante que se estende ao longo do período entre os séculos XIV e XVII, o Ming Shi-lu fornece uma fonte extremamente útil para estudar o Sudeste Asiático e a expansão chinesa. Em: WADE, Geoffrey. **The Ming Shi-lu (veritable records of the Ming Dynasty) as a source for Southeast Asian history, 14th to 17th centuries.** (Thesis). Hong Kong: University of Hong Kong. 1994.

o futuro, indo além do âmbito econômico, com a compra e venda de alimentos e bens de consumo. Os portugueses sendo os vanguardistas nessa empreitada mundial, substituíram o mundo islâmico pelo cristão colocando a Europa no centro da revolução espacial, que já no século XVI tinha sob o seu comando potentados comerciais nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.

A expansão marítima elevou os portugueses à condição de Mensageiros do Mundo, pois eram eles os mais novos intermediários do planeta. Diferentes tipos de portugueses, dos mais diversos grupos sociais (navegadores, comerciantes, soldados, missionários, aventureiros), tornaram-se os veículos de contato da Europa na África, Ásia, América e Oceania (e vice-versa)⁷. As trocas entre o Ocidente e o Oriente influenciaram também as relações sociais dos povos envolvidos com a troca de costumes, livros e filosofias. Pierre Chaunu⁸ afirma, que diferente da América e da África, as quais tiveram suas histórias profundamente marcadas pela presença europeia, as sociedades asiáticas, continuaram com seus costumes e suas vidas, vendo diferenças somente na superfície de suas estruturas sociais.

O comércio de especiarias e outros itens de luxo oriundos da Ásia era bastante lucrativo, tanto que se fazia interessante possuir um potentado que lhes garantisse o monopólio sobre tal mercado. Seria ainda mais interessante se em meio a isso fosse possível expandir os domínios do Império português que, desde a conquista de Ceuta, em 1415, até a chegada ao Japão em 1543, conquistou uma grande rede de feitorias e fortalezas essencialmente marítimas, reforçadas pelas missões religiosas em terra, fazendo de Lisboa o grande "empório" da Europa.

Porém, não foi fácil adquirir tais espaços. Desde sua chegada em Goa, os navegantes portugueses usaram toda sua competência diplomática para conseguir o que queriam, mas quando sua tentativa "pacífica" era ignorada pelos poderes locais, rapidamente era substituída por uma violência desmedida⁹. Charles Boxer¹⁰ ainda coloca que os lusitanos sabiam usar a rivalidade local em benefício próprio, fator que

⁷ BARRETO, Luís Felipe. O sentido da expansão portuguesa no mundo (séculos XV-XVII). Lisboa: **Revista Administração**, n.º 36, vol. X. Faculdade de Letras de Lisboa, 1997-2.º, p.367-381.

⁸ CHAUNU, Pierre. **Conquista e exploração dos novos mundos: século XVI**. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1984.

⁹ Diversos autores estudam a presença portuguesa na Índia, os que trago aqui como referência me ajudaram a entender não só a questão indiana, mas também o processo de dominação portuguesa na Ásia: AVELAR, Pedro. **História de Goa**: de Afonso Albuquerque a Vassalo e Silva. Portugal: Texto Editores, 2012. SANTOS, Catarina Madeira. **Goa é a chave de toda a Índia**: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1579). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

¹⁰ BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Edições 70, 2011.

os ajudou a conquistar pontos cruciais das rotas marítimas na Ásia. Ao chegarem na Índia e em Malaca, por exemplo, os portugueses procuraram apoiar sultanatos rivais ajudando-os a tomar o poder, pedindo em troca o direito de estabelecer ali portos de assistência para a rota Lisboa-Ásia. Mas quando chegaram na China, foi necessário a formulação de outras estratégias para garantir sua permanência, o que gerou muitos problemas para os dois lados.

Os textos utilizados para essa análise mostram justamente isso. Presentes nos cadernos de *Wu-zong*, escrevem responsável por relatar tudo o que acontecia no reino do Imperador *Zheng-de* (1505-1521), o *Ming Shi Lu* mostra que os primeiros contatos não foram harmoniosos e o governo chinês sempre manteve uma certa prudência em relação a presença lusitana no Sudeste Asiático. Os portugueses só começam a ser citados nos anais Ming depois da invasão de Malaca¹¹ e até esse momento eram chamados na documentação de “yi distantes”. Após constantes encontros, o governo chinês encontrou no léxico árabe uma forma de se referir a estes “estrangeiros vindos do Sul” como *Fo-lang-ji* (佛郎機)¹².

No primeiro fragmento, portanto, escrito em 27 de junho de 1514¹³- três anos após a tomada de Malaca pelos lusitanos -, é possível ver a interação inicial entre portugueses e chineses e algumas das atribuições que passaram a fazer parte desta relação. Neste capítulo o comissário da Província de *Guang-dong* escreve à corte relatando problemas com vários *yi* dizendo que estes não traziam itens de primeira necessidade como roupa, seda, vegetais e grãos, mas pimenta, madeira aromática e cascos de tartaruga. Todavia, estes não eram os únicos produtos trazidos:

Recentemente, a administração foi autorizada a cobrar impostos proporcionais com as cargas dos navios, abrindo, assim, o comércio. Isso resultou em milhares de pessoas ruins construindo enormes navios, comprando armas de forma particular, engajando-se em

¹¹ Sobre a questão portuguesa na Península Malaia: SUMBRAMANYAN, Sanjay. **O império asiático português: 1500-1700. Uma história política e econômica.** São Paulo: DIFEL, 1995. THOMAZ, Luis Filipe. **De Ceuta a Timor.** Lisboa: Difel, 1994. SILVA, Beatriz Basto da. **Malaca: redescobrir Portugal.** Macau: Direcção dos Serviços de Educação, 1989.

¹² Os árabes chamavam os portugueses e os espanhóis de *Farangi* e os chineses adaptaram à sua língua, ficando *Fo-lang-ji*. A palavra ganhou diversas formas, mas foi a chinesa e a árabe que ficaram mais conhecidas. Além do *Fo-lang-ji*, os chineses também conheciam os portugueses por *Pu-li-du-jia*, termo que para George Wade pode ser relativo ao nome de Portugal.

¹³ A documentação apresenta duas datações a presente no calendário dinástico chinês e a ocidental, está última foi colocada como referência pelo autor da tradução. Assim, a data real do documento é 6º dia do 6º mês do 9º ano do reinado de *Zheng-de*.

atividades malignas nos mares, se ligando ilicitamente com os vários yi e trazendo grandes danos à região. (In. WADE, 1994. p. 1952)

O receio com a disseminação da arma de fogo no território chinês era grande, questão frequentemente sentida nos momentos os quais o estrangeiro português é citado na documentação. Principalmente porque estas preocupações estavam diretamente relacionadas aos constantes ataques empreendidos pelos chamados piratas japoneses¹⁴, que aterrorizavam a costa sino-coreana desde o século XII, dos quais os lusitanos eram acusados de serem aliados. Problemas como estes faziam com que o governo Ming fechasse sua costa diversas vezes a fim de dificultar a aproximação portuguesa de seus portos e consequentemente impedir os ataques.

Em 1515, após um ano do decreto de um dos banimentos costeiro, o chefe da Província de *Guang-dong* volta a salientar os problemas com os "yi distantes" que, por causa da proibição comercial, ficaram indignados e passaram a promover a pilhagem¹⁵. No mesmo documento vemos, também, a fragilidade do sistema Ming, quando o chefe reclama sobre as pessoas responsáveis em carregar as ordens imperiais, que, por sua vez, deixavam que calamidades como estas acontecessem e pedia ao governo que fosse tomada as devidas providência para pôr fim aos ataques.

Após este incidente anos se passaram até que os portugueses fossem novamente citados na documentação oficial chinesa. Em 11 de fevereiro de 1518, o escrivão relata uma recusa de tributo feita pela corte com o argumento de que não existia nenhum país chamado *Fo-lang-ji* e que seus mensageiros, por não possuírem documentos oficiais, não poderiam permanecer ali. Essa atitude tomada pelo governo chinês se devia ao fato de que a corte ainda estava ponderando as questões que envolviam os malaios e os portugueses. Na citação a seguir, apesar de ter sido escrita depois do período das invasões, um dos conselheiros presentes faz um questionamento sobre a conduta dos ibéricos e salienta a necessidade uma investigação sobre o ocorrido.

Eles tinham uma boa noção da situação [a administração local]. Eles devem esperar que um mensageiro de Malaca chegue para que, assim, juntos com um interprete oficial seja feito uma investigação do

¹⁵ Wu-zong capítulo 123.4b – 02 Mai 1515 (In. WADE, 1994. p. 1954).

porque os *Fo-lang-ji fan* invadiram os países vizinhos e trouxeram distúrbios para a região. (In. WADE, 1994. p. 1975)

Foi em 1521 que o embaixador de Portugal, Tomé Pires, agora com documentos oficiais de Malaca, recebeu a permissão de levar o tributo até a capital Pequim. E, mesmo sem o direito a uma audiência com o imperador, foi autorizado aos portugueses que permanecessem na capital até que fossem resolvidas as questões diplomáticas e o governo decidisse sobre as permissões comerciais na região. No documento, *Wu-zong* destaca a fala de um conselheiro que preocupado diz ao imperador que “os *Fo-lang-ji* são marcados pela sua crueldade e pela ganância, e suas armas são melhores que a de qualquer povo *yi*”¹⁶, mostrando o receio de que acontecesse com a China o mesmo que ocorria em Malaca. Até porque as armas de fogo estavam entrando no país sem nenhum tipo de controle e Pequim, agora capital, poderia não ser capaz de segurar uma revolta ou um ataque externo¹⁷.

Na época, a Dinastia Ming tinha se tornado um reino soberano e rico, o que fazia os outros povos quererem estar em bons termos políticos e comerciais com o país. O costume era que quando uma nova corte se formava, esta deveria pagar tributo para o governo chinês. Esse era o meio como os Ming formavam suas relações externas, no qual o sistema de tributos assumia o caráter de embaixadas e as trocas de presentes, em concessões de direitos comerciais¹⁸. Porém, essa estrutura começou a ruir no início do século XVI, porque com o estabelecimento dos portugueses em alguns portos da costa chinesa, as restrições do comércio externo eram constantemente violadas.

Os avisos e os cuidados não foram o suficiente para deixar os portugueses longe do sul da China. O texto escrito por *Wu-zong* em 1521, traz durante todo o tempo uma preocupação com a permanência portuguesa na região. Vale ressaltar que, um pouco antes disso, os lusitanos invadiram a cidade de *Guang-dong* e já se preparavam para expandir o território, chegando por fim em Macau. Na carta temos

¹⁶ **Wu-zong** capítulo 194.2b -3a - 13 Jan 1521 (In. WADE, 1994. p. 1973-1976). Tanto o *fan* quanto o *yi* eram sufixos mostrando que não eram povos Ming e sim estrangeiros.

¹⁷ A própria documentação mostra a constante preocupação do governo Ming em relação as possíveis invasões dos povos vizinhos tanto por terra quanto por mar. O escritor britânico Roberts, traça um perfil histórico completo dos conflitos entre os chineses e as civilizações que os cercavam. ROBERTS, J.A.G. **História da China**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, Ltda. 2012.

¹⁸ Ver: ROBERTS, J.A.G. 2012.

uma descrição da imagem do que seria um prelúdio para o que aconteceu 30 anos depois:

Há pouco tempo, eles navegaram até aqui com grandes barcos e tomaram abruptamente a província de Guang-dong. O som das suas armas chocara a cidade e os subúrbios. As pessoas que ficaram nos postos violaram o banimento de comunicação, enquanto que os que vieram para a capital eram ferozes, imprudentes e ansiosos por supremacia. [...] Aqueles que ficaram começaram a sequestrar e comprar pessoas e erguer casas com a intenção de fixar residência (In. WADE, 1994. p.1973-76).

Em 1550, depois de muitas brigas e negociações, os portugueses obtiveram permissão para estabelecerem-se em Macau, mas sob a condição de que mantivessem distância do povo chinês. Entretanto, a relutância da corte de Pequim em comercializar com os lusitanos, ou como eram chamados pelos povos da região, os "nanban" (南蛮)¹⁹, era frequentemente ignorada pelos comerciantes chineses desejosos dos bens trazidos da Europa e da África²⁰. Ponto no qual reside a possível passividade da corte Ming com a tomada de Malaca.

Os produtos que os portugueses traziam despertavam profundo interesse nas elites locais e na própria corte do Imperador. Após a invasão portuguesa, o sultanato de Malaca enviou um pedido de ajuda ao governo Ming, mas nada foi feito. A corte se ateve, somente, a recusar em um primeiro momento os tributos dos lusitanos, dizendo que a questão seria investigada e uma decisão seria tomada. Mas a resolução nunca veio por parte dos chineses e aos portugueses fora permitido ficar na Península malaia e fazer dali seu mais lucrativo interposto comercial na Ásia.

Porém, mesmo que aos portugueses fosse permitido ficar na região do sul da China, seus movimentos eram constantemente vigiados e suas ações criticadas. A principal crítica era o constante contato dos ibéricos com os comerciantes japoneses, que eram comumente chamados de piratas pelos chineses porque, em determinados momentos, trocavam os meios pacíficos por violentos para obter o que queriam, empreendendo saques em alto mar e aterrorizando a costa sino-coreana. Como já mencionado antes, a China estava constantemente entre conflitos internos - com os

¹⁹ Traduzido como "Bárbaros do Sul". Os chineses empregavam o termo para se referir aos povos ao seu redor, algo como "cercar-se de bárbaros". A palavra foi empregada primeiro aos portugueses e, depois, a todos os europeus que chegavam na região, porque muitos vinham do sul. Em: YAMASHIRO, José. **Choque Luso no Japão dos séculos XVI-XVII**. São Paulo: BRASA, 1989.

²⁰ BOXER, C.1969.

mongóis ou manchus - e externos - principalmente com o Japão²¹. Este último era o que maior afligia a coroa chinesa e os problemas causados pelas suas embarcações são altamente citados nos anais.

A documentação trabalhada se refere a estes comerciantes como *wakôs* (倭寇), expressão que pode ser traduzida literalmente como "piratas japoneses". O ideograma *wa* (倭) é uma das formas antigas de se referir ao Japão e quando somado ao ideograma *kou* (寇) - que no chinês significa invasor - 倭寇 - podem ser traduzidos como "criminosos do país de *wa*". Estes agentes que ora eram comerciantes²² e ora praticavam a pirataria, tiveram o auge de suas atividades depois da chegada dos portugueses na região.

Diante disso, encontramos na documentação momentos de profundo repúdio aos portugueses, colocando-os como aqueles que trouxeram os japoneses para a costa chinesa e dificultavam as defesas costeiras, bem como, o ritual político na região. Isso porque com os constantes fechamentos dos portos, muitos reinos subordinados à coroa não conseguiam prestar tributos e honras²³. Segundo J. Roberts a questão de os portugueses estarem sempre em contato com os *wakôs* de fato aumentara o número de ataques na costa chinesa e em outras partes do Sudeste Asiático, irritando a corte Ming, mas eles não eram os únicos culpados.

É possível notar em *Wu-zong*, e mais tarde nos cadernos de outros escrivães, que a raiva não era puramente direcionada para os lusitanos. Muitos chineses financiavam as atitudes ilícitas ou simplesmente aceitavam subornos. Em 1517, uma nota é feita ao Imperador dizendo que a culpa dos portugueses estarem rapidamente se espalhando pela costa chinesa era da cobiça dos próprios chineses.

O comissário de administração da direita Wu Ting-ju, plausivelmente argumentou sobre os benefícios a serem obtidos e solicitou que

²¹ Sobre a pirataria no Mar da China, ver: KUNG, J. *Autarky and the Rise and Fall of Piracy in Ming China*. **The Journal of Economic History**, vol. 74 (2014), p.509-534. MATSUURA, Akira. Chinese Sea Merchants and Pirates. In: **A Selection of Essays on Oriental Studies of ICIS**. Kansai University Institutional Repository. 2011. p.63-84.

²² Sobre a diferenciação de pirata para corso, a historiadora e especialista em direito português Ana Maria Ferreira, afirma que a pirataria representava uma ação básica, não sendo legalmente justificada e não se subordinando a autoridade de nenhum tipo. O corso, por sua vez, era protegido por um documento oficial, que dava a liberdade para que tal prática fosse empreendida contra os inimigos do contratante, fosse este o Estado de origem ou um particular. Assim, para a autora é compreensível a dificuldade que temos em distinguir a pirataria e o corso, uma vez que os dois possuem quase a mesma origem etimológica e os seus reflexos no cotidiano, mostram a facilidade com que seus agentes trocavam de papéis. Em: FERREIRA, Ana Maria Pereira. **O essencial sobre o corso e a pirataria**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

²³ **Wu-zong** capítulo 149.9a-b - 15 Jun 1517 (In. WADE, 1994. p. 1965-1966).

todos os navios fossem recebidos. O grande coordenador regional e o inspetor do Ministério da Receita foram iludidos e a proposta foi aprovada. Não muitos anos depois, os problemas com os Fo-lang-ji começaram. (In. WADE, 1994. p.1966)

Mas tinham, também, aqueles que eram responsabilizados pela “incompetência” em defenderem a costa. Como mostra a ordem dada pelo conselheiro *Qi-dao Long*:

O grande defensor e coordenador deve mandar prender e punir os marinheiros e a administração dos três postos de Guang-dong, responsáveis por guardar a costa contra os piratas japoneses e que foram incapazes de prover uma defesa segura. (In. WADE, 1994. p. 1975)

A Corte japonesa era um dos principais clientes da seda chinesa, importando durante o ano grandes quantias do produto, com o qual eram feitos os mais caros quimonos que vestiam desde a imperatriz à cortesã²⁴. Porém, com os constantes banimentos decretados, sobretudo, durante os séculos XVI e XVII, vê-se a necessidade de comprar esse produto nas mãos de intermediários que tinham acesso aos mercados chineses, e é aí que entram os portugueses.

A Dinastia Ming, desde o século XV, controlou todo o tráfego marítimo que ia da Coréia até a Península de Malaca. Era ela que concedia o selo autenticador – o *kangô-fu* -, usado para identificar as embarcações autorizadas a realizar o comércio *kangô-boeki*²⁵ e diferenciar dos barcos pertencentes aos *wakôs*. Mais tarde os portugueses, já instalados em Macau, trouxeram para si o monopólio sobre o comércio chinês e japonês²⁶, tornando-se oficialmente os intermediários nos mares da China-Coréia-Japão. A nau saía de Goa cheia de mercadorias europeias e indianas e ia, a cada parada que fazia, trocando por produtos locais. Em Malaca, recebia especiarias, madeiras aromáticas, pele de veado e outros. Em Macau, embarcava a seda crua e, depois, seguia em direção a *Kyûshû* (Japão).

²⁴ YAMASHIRO, J. 1989.

²⁵ O *kangô-boeki* era um comércio bilateral estabelecido entre o Japão e a China durante o período do xogunato *Asshikaga*, também conhecido por *Muromachi Bakufu* (1338-1573). Foi extinto em 1547 devido a chegada dos portugueses, que tomaram para si a responsabilidade de serem os intermediários entre a China e o Japão (YAMASHIRO, 1989).

²⁶ José Yamashiro discute a exclusividade portuguesa nos mares da China-Japão, marcada pela abertura do porto em Macau em 1550, “[...] o comércio do Japão estava entregue a mercadores particulares portugueses, mas em 1556 foi nomeado um capitão-mor para a rota Macau-Nagasaki, submetendo-se ao controle direto do governo português.” (YAMASHIRO, 1989. p. 97).

Assim, até meados do século XVI, o comércio na região estava entregue a mercadores particulares, mas em 1557 o governo português tomou o controle direto sobre a rota Macau-Nagasaki, nomeando um capitão-mor para ajudar na administração e na fiscalização do trajeto²⁷. Controle este que seria entregue anualmente sob o regime de concessão. Neste mesmo período, Portugal se colocou como responsável para lidar com a pirataria e demais aventureiros que agissem nessa região, atitude que lhe renderia algum prestígio perante o governo chinês, o que talvez tenha ajudado na diminuição das acusações de pirataria e lhe rendessem algumas permissões para construir portos e sedes político-administrativas em outras regiões²⁸. Todavia, isso não significa que os conflitos entre os dois deixaram de existir, eles continuaram a fazer parte de todo o período no qual os ibéricos estiveram presentes no Sudeste Asiático.

Considerações finais

Assim como no século XV, o oriente, até os dias de hoje, desperta um grande fascínio, aflorando a curiosidade dos mais ávidos pesquisadores, num desejo em desbravá-lo. A região é tão desconhecida que, em diferentes momentos, nos pegamos encantados com os mistérios e as histórias desses povos de tradição tão antiga. Todavia, pouco sabemos da sua trajetória histórica, até porque a historiografia especializada desses países não é traduzida e quando o fazem, os textos são voltados para a discussão da intervenção ocidental na região. É interessante quando paramos para ler textos de historiadores que se voltaram completamente para este continente como, Subrahmanyam, Lindin²⁹, Wade, e tantos outros, e descobrimos coisas como, por exemplo, que espingarda, grande feito da época moderna, só foi possível porque os chineses criaram a pólvora e que muitas das descobertas tecnológicas que vieram para o novo mundo através dos europeus, surgiram desses povos.

²⁷ Sobre isso vem em: BOXER, C. 1979.

²⁸ O governo chinês permitiu aos portugueses que edificassem seus conzelhos e casas de câmbio nas suas cidades portuárias, além de ceder cidades como Cantão e Macau e a Ilha de Lintin para servirem de potentes portugueses. O ato de "ceder" não quer dizer que não houve embate político e violento. A cidade de Cantão foi um exemplo do uso da violência pelos dois lados para resolver suas diferenças. Em: SÁ, Michele E. B. Primeiras relações comerciais entre Portugal e Japão (1543-1639): convergência de interesses, choque de culturas. In: **Canoas**, n.13. Jan/Jun. 2006. Universidade Federal do Rio de Janeiro. p.49-55.

²⁹ LINDIN, Olof G. **Tanegashima: the arrival of Europe in Japan**. Denmark: Nordic Institute of Asian Studies. 2002.

A minha pesquisa se fundamenta na perspectiva de estudar as fontes produzidas pela China e pelo Japão, a fim de fazer o sentido inverso da história que normalmente estuda esse período. Ou seja, ao invés de partir de Portugal para o Oriente, partirei do Oriente para Portugal, para, assim, observar o que o outro lado da história do Império Português na Ásia tem a dizer. O desejo de trabalhar com fontes que fossem de fora da rota costumeira, veio da constante curiosidade sobre o tipo de voz que “o outro” poderia ter sobre o assunto.

Claro que assim como todo tipo de documentação, a chinesa não é passível de ser manipulada e de narrar somente um lado da história. Os anais foram escritos por uma instância política que tinha por objetivo descrever os acontecimentos relacionados com os seus súditos. Diversas expressões são usadas para diferenciar os chineses – ou súditos de regiões próximas – daqueles que não são chineses ou com os quais o governo Ming tinha algum tipo de disputa.

A questão ao se analisar uma documentação desse tipo é estar sempre ciente de que ali existe somente um lado do processo e que é preciso procurar por contrapontos para tentar chegar ao quadro geral do que poderia ter sido. Assim, longe de serem representações do real, os documentos permitem traçar sintomas, indícios e signos, que contribuem para esclarecer algumas questões sobre este momento da história do Império Português e, sobretudo, da história marítima asiática sob um viés outro que é o olhar do governo Ming. As fontes, mais do que peças concretas de um tempo, são, como coloca Carlo Ginzburg³⁰, fios de um tapete que vão sendo costurados e, aos poucos, se transformando “em uma trama densa e homogênea”. Ao historiador cabe a sensibilidade de ler os sinais individuais e únicos de cada fio a ser costurado e construir uma imagem detalhada do que acredita ter acontecido. Portanto, a intenção não é escrever uma história universal, mas propor peças de histórias conectadas que não se sobrepõem, simplesmente coexistem.

Referências

AVELAR, Pedro. **História de Goa**: de Afonso Albuquerque a Vassalo e Silva. Portugal: Texto Editores, 2012. SANTOS, Catarina Madeira. **Goa é a chave de toda a Índia**: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1579). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

³⁰ GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In: ____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Companhia das Letras. São Paulo. 1989.

- BARRETO, Luís Felipe. O sentido da expansão portuguesa no mundo (séculos XV-XVII). Lisboa: **Revista Administração**, n.º 36, v. X. Faculdade de Letras de Lisboa, , p.367-381, 1997.
- BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CHAUNU, Pierre. **Conquista e exploração dos novos mundos: século XVI**. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1984.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira. **O essencial sobre o corso e a pirataria**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In.:_____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Companhia das Letras. São Paulo. 1989.
- KUNG, J. *Autarky and the Rise and Fall of Piracy in Ming China*. **The Journal of Economic History**, vol. 74, p.509-534, 2014.
- LINDIN, Olof G. **Tanegashima: the arrival of Europe in Japan**. Denmark: Nordic Institute of Asian Studies. 2002.
- MATSUURA, Akira. Chinese Sea Merchants and Pirates. In.: **A Selection of Essays on Oriental Studies of ICIS**. Kansai University Institutional Repository, p.63-84, 2011.
- ROBERTS, J.A.G. **História da China**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, Ltda. 2012.
- SÁ, Michele E. B. Primeiras relações comerciais entre Portugal e Japão (1543-1639): convergência de interesses, choque de culturas. In.: **Canoas**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n.13. Jan/Jun., p.49-55, 2006.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 30, nº 60, p.219-240. Jan-Ab 2017.
- SUMBRAMANYAN, Sanjay. **O império asiático português: 1500-1700**. Uma história política e económica. São Paulo: DIFEL, 1995.
- THOMAZ, Luis Filipe. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994. SILVA, Beatriz Basto da. **Malaca: redescobrir Portugal**. Macau: Direcção dos Serviços de Educação, 1989.
- WADE, Geoffrey. **The Ming Shi-lu (veritable records of the Ming Dynasty) as a source for Southeast Asian history, 14th to 17th centuries**. (Thesis). Hong Kong: University of Hong Kong. 1994.
- WESSELING, Hank. História de além-mar. In.: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP. 1992.
- YAMASHIRO, José. **Choque Luso no Japão dos séculos XVI-XVII**. São Paulo: BRASA, 1989.

Recebido em: 30/06/2018

Aprovado em: 19/07/2018